

# **Hayek – Economia e Conhecimento**

**Tradutor – Rafael Hotz**

\*\*\*\*\*

## **1**

A ambigüidade do título desse ensaio não é acidental. Seu assunto principal é, claro, o papel cujas suposições e proposições sobre o conhecimento possuído pelos diferentes membros da sociedade desempenha na análise econômica. Mas isso não está de maneira alguma desconectado da outra questão que poderia ser discutida com o mesmo título – até onde a análise econômica formal garante algum conhecimento sobre o que acontece no mundo real. De fato, minha contenda principal será que as tautologias, das quais a análise formal de equilíbrio essencialmente consiste, podem ser transformadas em proposições que não nos dizem nada sobre causas no mundo real a menos que sejamos capazes de preencher essas proposições formais com afirmações definitivas sobre como o conhecimento é adquirido e comunicado. Em resumo, eu argumentarei que o conteúdo empírico na teoria econômica – a única parte que não está meramente preocupada com as implicações, mas sim com as causas e efeitos e que leva então a conclusões as quais, de qualquer maneira em princípio, são capazes de verificação [1] – consiste em proposições sobre a obtenção de conhecimento.

Talvez eu deva começar lhes lembrando do interessante fato de que em várias das tentativas mais recentes feitas em diferentes campos para levar a investigação teórica além dos limites da tradicional análise de equilíbrio, a resposta rapidamente se provou dependente de suposições as quais fazemos em relação a um ponto o qual, se não é idêntico ao meu, assim o é em parte, isto é, com relação à previsão. Eu creio que o campo no qual, como se é de esperar, a discussão das suposições relacionadas à previsão atraiu primeiro maior atenção foi o da teoria do risco [2]. O estímulo que foi exercido nessa conexão pelo trabalho de Frank H. Knight poderá ainda provar ter uma influência profunda fora de seu campo especial. Não muito depois as suposições a serem feitas com relação à previsão se provaram de importância fundamental para a solução dos problemas da teoria da competição imperfeita, as questões de duopólio e oligopólio. Desde então, ficou cada vez mais óbvio que, no tratamento de questões mais “dinâmicas” sobre dinheiro e flutuações industriais, as suposições a serem feitas sobre previsão e “antecipações” desempenham um papel igualmente central e que em particular os conceitos que dominaram essas áreas vindos da análise do equilíbrio puro, como aquele

da taxa de juros de equilíbrio, poderiam ser apropriadamente definidos em termos de suposições ligadas a previsões. A situação parece ser tal que, antes de sermos capazes de explicar porque as pessoas cometem erros, primeiro devemos explicar porque elas deveriam estar corretas.

Em geral, parece que chegamos a um ponto em que todos percebemos que o próprio conceito de equilíbrio só pode ser feito definitivo e claro apenas em termos de suposições ligadas a previsões, apesar de que possamos vir a discordar sobre quais são essas suposições essenciais. Essa questão me ocupará mais para frente nesse ensaio. Por enquanto eu estou preocupado apenas em mostrar que no atual ponto de inflexão, se desejamos definir as fronteiras da estática econômica ou se desejamos ir além dela, podemos não escapar do confuso problema da posição exata que as suposições sobre previsões devem ocupar em nosso raciocínio. Pode isso ser meramente um acidente?

Como já sugeri, a razão disso me parece ser que nós temos que lidar aqui com um aspecto especial de uma questão muito mais ampla a qual nos já deveríamos ter lidado num estágio bem anterior. Questões essencialmente similares a estas mencionadas surgem de fato assim que tentamos aplicar o sistema de tautologias – aquelas séries de proposições que são necessariamente verdadeiras porque são meramente transformações das suposições a partir das quais nós começamos e que constituem o conteúdo principal da análise de equilíbrio – à situação de uma sociedade constituída por diversas pessoas independentes. Há muito tempo eu senti que o próprio conceito de equilíbrio e os métodos que empregamos na análise pura possuem um significado claro apenas quando confinados à análise da ação de uma única pessoa e que estamos realmente passando para uma esfera diferente e silenciosamente introduzindo um novo elemento de caráter distinto quando o aplicamos à explicação da interação de um número de indivíduos distintos.

Tenho certeza de que existem muitos que enxergam com impaciência e desconfiança toda essa tendência, a qual é inerente em toda moderna análise de equilíbrio, de transformar a economia num ramo da lógica pura, um conjunto de proposições auto-evidentes as quais, assim como a matemática ou a geometria, estão sujeitas a nenhum outro teste além de consistência interna. Mas parece que, assim que esse processo é levado adiante o suficiente, ele carrega consigo seu próprio antídoto. Ao retirar de nosso raciocínio sobre os fatos da vida econômica aquelas partes que são verdadeiras a priori, não só isolamos um elemento daquele como parte da Lógica Pura da Escolha em sua pureza, mas também isolamos e enfatizamos a importância de outro elemento que até então foi muito negligenciado. Minha crítica das tendências recentes de tornar a teoria econômica mais e mais formal não é que elas foram muito longe, mas sim que elas não foram longe o bastante para completar o isolamento

desse ramo da lógica e recolocar em seu lugar devido a investigação de processos causais, usando a teoria econômica como uma ferramenta da mesma forma que a matemática.

## 2

Porém, antes de eu provar minha contenda de que as proposições tautológicas da análise pura de equilíbrio não são diretamente aplicáveis à explicação de relações sociais, eu devo primeiro mostrar que o conceito de equilíbrio *possui* um significado claro se aplicado às ações de um único indivíduo e que significado é esse. Contra minha contenda poderia ser argumentado que é precisamente aqui que o conceito de equilíbrio não é importante, porque, se fosse desejado aplica-lo, tudo que poderia ser dito é que uma pessoa isolada sempre estaria em equilíbrio. Mas essa última afirmação, apesar de ser um truísmo, não mostra nada exceto a maneira através da qual o conceito de equilíbrio é tipicamente mal utilizado. O que é relevante não é se uma pessoa como tal está ou não em equilíbrio, mas quais de suas ações estão em relações equilíbrio umas com as outras. Todas as proposições da análise de equilíbrio, tais como a proposição de que os valores relativos corresponderão a custos relativos, ou que uma pessoa irá igualar os retornos marginais de um fator em seus diferentes usos, são proposições sobre as relações entre ações. Ações de uma pessoa podem ser ditas como estando em equilíbrio ao passo que elas possam ser compreendidas como parte de um plano. Apenas se for esse o caso, apenas se todas essas ações tiverem sido decididas num único e mesmo momento, e em consideração com o mesmo conjunto de circunstâncias, nossas afirmações sobre suas interconexões, afirmações que deduzimos a partir de nossas suposições sobre o conhecimento e as preferências das pessoas, possuem alguma aplicação. É importante lembrar que os chamados "dados", a partir dos quais nós entramos nesse tipo de análise, são (exceto seus gostos) todos os fatos dados para a pessoa em questão, as coisas que ela conhece (ou acredita), e não, estritamente falando, fatos objetivos. É apenas por causa disso que as proposições que deduzimos são necessariamente a priori válidas e preservamos a consistência do argumento [3].

As duas principais conclusões dessas considerações são, primeiro, que, uma vez que relações de equilíbrio existem entre as ações sucessivas de uma pessoa apenas quando elas são parte da execução de um mesmo plano, qualquer mudança no conhecimento relevante da pessoa, ou seja, qualquer mudança que a leve a alterar seu plano, rompe a relação de equilíbrio entre suas ações praticadas antes e aquelas praticadas depois da mudança em seu conhecimento. Em outras palavras, a relação de equilíbrio compreende apenas suas ações durante o período no qual suas antecipações de provaram corretas. Segundo, que, uma vez que o equilíbrio é uma relação entre ações, e uma vez

que a as ações de uma pessoa devem necessariamente tomar forma sucessivamente no tempo, é óbvio que a passagem do tempo é essencial para dar ao conceito de equilíbrio algum significado. Isso merece menção, já que muitos economistas parecem ter sido incapazes de encontrar um espaço no tempo para a análise de equilíbrio e conseqüentemente sugeriram que o equilíbrio deveria ser concebido como independente daquele. Isso me parece ser uma afirmação sem sentido.

### 3

Agora, apesar do que eu disse antes sobre o significado duvidoso da análise de equilíbrio nesse sentido se aplicada às condições de uma sociedade competitiva, eu não quero negar, é claro, que o conceito foi introduzido originalmente precisamente para descrever a idéia de algum tipo de balanço entre as ações dos diferentes indivíduos. Tudo o que eu argumentei até então é que o sentido no qual usamos o conceito de equilíbrio para descrever a interdependência das diferentes ações praticadas por uma pessoa não admite imediatamente aplicação às relações entre as ações de diferentes pessoas. A questão é na verdade que uso fazemos daquele conceito quando falamos de equilíbrio com referência a um sistema competitivo.

A primeira resposta que poderia parecer seguir de nossa abordagem é que o equilíbrio nesse sentido existe se as ações de todos os membros da sociedade durante um período são todas execuções de seus planos individuais, os quais cada um decidiu ao início do período. Mas, quando investigamos o que exatamente isso implica, parece que essa resposta levanta mais dificuldades do que resolve. Não há dificuldade especial sobre o conceito de uma pessoa isolada (ou um grupo de pessoas direcionada por uma delas) agindo durante um período de acordo com um plano pré-concebido. Nesse caso, o plano não precisa satisfazer nenhum critério especial para que sua execução seja concebível. Ele pode, é claro, ser baseado em suposições errôneas sobre fatos externos e por conta disso poderá ter que ser mudado. Mas sempre haverá um conjunto concebível de eventos externos que poderia tornar possível o plano ser executado como originalmente elaborado.

A situação é diferente, no entanto, com planos determinados simultaneamente, porém independentemente por um número de pessoas. Em primeira instância, para que todos esses planos possam ser levados adiante, é necessário que eles sejam baseados na expectativa do mesmo conjunto de eventos externos, uma vez que, se diferentes pessoas fossem basear seus planos em expectativas conflitantes, nenhum conjunto de eventos externos poderia condicionar a execução de todos esses planos possíveis. E, segundo, numa sociedade baseada na troca seus planos irão, num grau considerável, dar origem a ações que

requerem ações correspondentes por parte de outros indivíduos. Isso significa que os planos dos diferentes indivíduos devem num sentido especial ser compatíveis se é para ser ao menos concebível que aqueles possam ser capazes de levar todos os planos adiante [4]. Ou, para falar a mesma coisa em diferentes palavras, uma vez que parte dos dados sob os quais uma pessoa irá basear seus planos será a expectativa de que outras pessoas irão agir de uma maneira em específico, é essencial para a compatibilidade dos diferentes planos que os planos de um contêm exatamente aquelas ações que formam os dados para os planos de outro.

No tratamento tradicional da análise de equilíbrio parte dessa dificuldade é aparentemente evitada pela suposição de que os dados, na forma de curvas de demanda representando gostos individuais e fatos técnicos, são igualmente dados a todos os indivíduos e que sua atuação sob as mesmas premissas irá de alguma forma levar seus planos a uma adaptação mútua. O fato de que isso não realmente supera as dificuldades criadas pelo fato de que as ações de uma pessoa são os dados de outra, e que isso envolve até certo ponto raciocínio circular, tem sido lembrado. O que, no entanto, parece até então ter sido ignorado é que todo esse procedimento envolve uma confusão de um caráter muito mais geral, da qual o ponto recém mencionado é meramente um caso especial, e que é devida a um equívoco com relação ao termo "dados"; os dados que aqui são supostos sendo fatos objetivos e idênticos para todas as pessoas não são evidentemente a mesma coisa que os dados que formavam o ponto de partida para as transformações tautológicas da Pura Lógica da Escolha. Lá "dados" significavam esses fatos, e apenas aqueles fatos, que estavam presentes na mente do agente, e apenas essa interpretação subjetiva do termo "dados" fazia dessas proposições verdades necessárias. "Dados" significavam disponíveis, conhecidos, para a pessoa em consideração. Mas na transição dessa análise da ação de um indivíduo para a análise da situação numa sociedade o conceito passou por uma mudança insidiosa de significado.

#### 4

A confusão quanto ao conceito de dados está no cerne de tantas dificuldades nesse campo que é necessário considerá-la em maior detalhe. Dados significam, é claro, algo dado, mas a questão a qual está em aberto, e que nas ciências sociais é capaz de duas diferentes respostas, é para *quem* os dados estão supostos como dados. Os economistas subconscientemente parecem sempre ter estado um tanto quanto desconfortáveis no que toca esse assunto e terem se reafirmado contra o sentimento de que eles não sabiam de fato para quem os fatos estavam dados ao realçarem o fato de que eles *estavam* dados – mesmo usando tais expressões pleonásticas como "dados disponíveis". Mas isso não responde a questão de se os fatos referidos devem ser supostos como

dados para o economista observador ao para as pessoas cujas ações ele deseja explicar e, caso estejam dados para as últimas, se é suposto que os mesmos fatos são conhecidos por todas as pessoas diferentes no sistema ou se os "dados" para as diferentes pessoas podem ser diferentes.

Não parece haver dúvida possível de que esses dois conceitos de "dados", por um lado, no sentido dos fatos reais objetivos, que o economista observador é suposto conhecendo, e, de outro, no sentido subjetivo, como coisas conhecidas pelas pessoas cujo comportamento tentamos explicar, são realmente fundamentalmente diferentes e deveriam ser cuidadosamente diferenciados. E, como veremos, a questão de se os dados no sentido subjetivo do termo deveriam em algum momento corresponder aos dados objetivos é um dos principais problemas que temos que responder.

A utilidade da distinção se torna imediatamente aparente quando a aplicamos a questão do que podemos dar a entender com o conceito de uma sociedade estando em um momento qualquer num estado de equilíbrio. Existem evidentemente dois sentidos nos quais pode ser dito que os dados subjetivos, dados a pessoas diferentes, e os planos individuais, os quais necessariamente seguem aqueles, estão em concordância. Podemos meramente dar a entender que esses planos são mutuamente compatíveis e que conseqüentemente existe um conjunto concebível de eventos externos os quais permitirão que as pessoas levem adiante seus planos e não causem desapontamentos. Se essa mútua compatibilidade de intenções não fosse dada, e se em conseqüência nenhum conjunto de eventos externos pudesse satisfazer todas as expectativas, nós claramente poderíamos dizer que este não é um estado de equilíbrio. Temos uma situação onde a revisão dos planos por parte de ao menos algumas pessoas é inevitável, ou, para usar uma frase que no passado teve um significado um tanto quanto vago, mas que se encaixa perfeitamente à situação, onde distúrbios "endógenos" são inevitáveis.

Ainda permanece, contudo, a outra questão de se os conjuntos individuais de dados subjetivos correspondem aos dados objetivos e se, em conseqüência, as expectativas sob as quais os planos se baseavam são confirmadas pelos fatos. Se a correspondência entre os dados nesse sentido fosse requerida para o equilíbrio, nunca seria possível decidir de outra forma exceto retrospectivamente, ao final do período para o qual as pessoas planejaram, mesmo se ao início a sociedade estivesse em equilíbrio. Parece mais em conformidade com o uso estabelecido dizer que em tal caso que o equilíbrio, tal como definido no primeiro sentido, pode ser perturbado por um desenvolvimento imprevisto dos dados (objetivos) e descrever isso como uma perturbação exógena. De fato, parece remotamente possível atribuir algum significado definido ao conceito amplamente usado de mudança nos dados

(objetivos) a menos que distingamos entre desenvolvimentos externos em conformidade com e aqueles diferentes do que havia sido esperado, e definirmos como "mudança" qualquer divergência entre o desenvolvimento atual e aquele esperado, independentemente de significar uma "mudança" em algum sentido absoluto. Se, por exemplo, a mudança das estações repentinamente parasse e o clima continuasse constante de certo dia em diante, isso certamente representaria uma mudança de dados em nosso sentido, isto é, uma mudança relativa às expectativas, apesar de que em um sentido absoluto não representaria uma mudança, mas sim uma ausência de mudança. Mas tudo isso significa que podemos falar de mudança nos dados apenas se o equilíbrio nesse primeiro sentido existe, ou seja, se as expectativas coincidem. Caso elas conflitem, qualquer desenvolvimento dos fatos externos pode confirmar as expectativas de uns e desapontar as expectativas de outros, e não haveria possibilidade de decidir o que seria uma mudança nos dados objetivos.

## 5

Para uma sociedade, então, *podemos* falar de um *estado* de equilíbrio num ponto no tempo – mas isso significa apenas que os diferentes planos que os indivíduos elaboraram para a ação no tempo são mutuamente compatíveis. E o equilíbrio continuará, uma vez que existir, enquanto os dados externos corresponderem às expectativas comuns de todos os membros da sociedade. A continuação de um estado de equilíbrio nesse sentido não é então dependente de que os dados objetivos sejam constantes num sentido absoluto e não está necessariamente confinado a um processo estacionário. A análise de equilíbrio se torna em princípio aplicável à uma sociedade progressiva e às relações intertemporais de preços que nos deram tanto trabalho recentemente [6].

Essas considerações parecem iluminar consideravelmente a relação entre equilíbrio e previsão, a qual esteve sendo entusiasticamente debatida recentemente [7]. Parece que o conceito de equilíbrio significa meramente que a previsão dos diferentes membros da sociedade está, num sentido especial, correta. Pode estar correta no sentido de que todos os planos estão baseados justamente na expectativa naquelas ações de outras pessoas que elas pretendem realizar e que todos esses planos estão baseados na expectativa do mesmo conjunto de fatos externos, de maneira que sob certas circunstâncias ninguém terá motivo para mudar seus planos. Previsões corretas então não são, como às vezes é entendido, uma condição que deve existir para que o equilíbrio seja atingido. Ela é ao invés a característica que define o estado de equilíbrio. E a para esse propósito a previsão nem precisa ser perfeita no sentido de que ela precisa se estender a um futuro indefinido ou que todos devem prever tudo corretamente. Nós deveríamos dizer ao invés que o equilíbrio durará enquanto as antecipações se tornem corretas e que elas

precisam ser corretas apenas no tocante àqueles pontos que são relevantes para as decisões dos indivíduos. Mas quanto a essa questão de sobre o que é previsão ou conhecimento relevante, falaremos mais depois.

Antes de ir adiante eu provavelmente deveria parar por um momento para ilustrar através de um exemplo concreto o que eu acabei de dizer sobre o significado de um estado de equilíbrio e como ele pode ser perturbado. Considere as preparações que estarão acontecendo a qualquer momento para a produção de casas. Fabricantes de tijolos, encanadores, e outros irão todos estar produzindo materiais que em cada caso corresponderão a certa quantidade de casas a qual tal exata quantidade de material específico será requerida. Similarmente podemos conceber compradores prospectivos acumulando poupanças que os habilitarão em certas datas comprar certo número de casas. Se todas essas atividades representam preparações para a produção (e aquisição) da mesma quantidade de casas, podemos dizer que há equilíbrio entre elas no sentido de que todas as pessoas engajadas nelas descobrirão que podem levar adiante seus planos [8]. Isso não precisa necessariamente acontecer, porque outras circunstâncias as quais não são parte de seu plano de ação podem vir a ser diferente do que era esperado. Parte dos materiais pode ser destruída por um acidente, condições climáticas podem impossibilitar a construção, ou uma invenção pode alterar as proporções nas quais os diferentes fatores são desejados. Isso é o que chamamos de mudança nos dados (externos), que perturba um equilíbrio que existia. Mas se os diferentes planos fossem desde o começo incompatíveis, é inevitável que, aconteça o que acontecer, os planos de alguém serão desapontados e terão que ser alterados, e em consequência todo o complexo de ações durante o período não mostrará aquelas características que se aplicam se todas as ações de cada indivíduo pudessem ser compreendidas como parte de um único plano individual, o qual ele elaborou no início [9].

## 6

Quando no meio de tudo isso eu enfatizo a distinção entre mera incompatibilidade de planos individuais [10] e a correspondência entre eles e os atuais fatos externos ou dados objetivos, eu não, pretendo sugerir, é claro, que o inter-acordo subjetivo não é de alguma forma trazido pelos fatos externos. Não haveria, é claro, motivos para que os dados subjetivos de diferentes pessoas corresponderem a menos que eles fossem devidos à experiência dos mesmos fatos objetivos. Mas o ponto em questão é que a análise pura de equilíbrio não está preocupada com a forma pela qual essa correspondência é atingida. Na descrição de um estado existente de equilíbrio que ela proporciona, é simplesmente assumido que os dados subjetivos coincidem com os fatos objetivos. As relações de equilíbrio não podem ser meramente



deduzidas a partir dos fatos objetivos uma vez que a análise do que as pessoas farão só pode começar a partir do que é conhecido por elas. Da mesma forma a análise de equilíbrio não pode meramente começar a partir de um conjunto dado de dados subjetivos, uma vez que os dados subjetivos das diferentes pessoas seriam ou compatíveis ou incompatíveis, isto é, eles já determinariam se o equilíbrio existiria ou não.

Não devemos nos estender muito aqui a menos que perguntemos as razões para nossa preocupação com nosso admitidamente estado fictício de equilíbrio. Seja lá o que ocasionalmente possa ser dito por economistas puristas [\*1], não parece haver dúvida possível de que a única justificativa para isso é a suposta existência de uma tendência em direção ao equilíbrio. É apenas através dessa afirmação de que tal tendência existe que a economia deixa de ser um exercício em lógica pura e se torna uma ciência empírica; e é com relação à economia quanto a uma ciência empírica que agora devemos nos voltar.

Sob a luz de nossa análise do significado do estado de equilíbrio deveria ser fácil dizer qual é o conteúdo real da afirmação que uma tendência em direção ao equilíbrio existe. Ela pode dificilmente significar algo além de que, sob certas circunstâncias, o conhecimento e intenções dos diferentes membros da sociedade são supostos como ficando cada vez mais e mais de acordo ou, para dizer a mesma coisa em termos menos gerais, menos exatos, porém mais concretos, que as expectativas das pessoas e particularmente dos empreendedores se tornarão cada vez mais e mais corretas. Nessa forma a afirmação da existência de uma tendência em direção ao equilíbrio é claramente uma proposição empírica, isto é, uma afirmação sobre o que acontece no mundo real e que deveria, ao menos em princípio, ser passível de verificação. E isso dá a nossa um tanto quanto abstrata afirmação um significado de senso comum um tanto quanto plausível. O único problema é que ainda estamos muito no escuro sobre (a) as *condições* sob as quais essa tendência é suposta como existente e (b) a natureza do *processo* através do qual o conhecimento individual muda.

## 7

Nas apresentações usuais da análise de equilíbrio geralmente parece que essas questões sobre como o equilíbrio se dá lugar já estão resolvidas. Mas, se olharmos mais de perto, logo ficará evidente que essas aparentes demonstrações não são nada senão a prova aparente do que já foi assumido como verdadeiro [11]. O artifício geralmente adotado para esse propósito é geralmente um mercado perfeito no qual todo evento se torna conhecido instantaneamente por cada membro. É necessário lembrar aqui que o mercado perfeito que é necessário para satisfazer as suposições da análise de equilíbrio

não devem estar confinadas aos mercados específicos de todas as mercadorias individuais; todo o sistema econômico deve ser suposto como um grande mercado perfeito no qual todos sabem tudo. A suposição de um mercado perfeito, então, significa nada menos que todos os membros da comunidade, mesmo se não forem supostos como estritamente oniscientes, são ao menos supostos como automaticamente sabendo tudo que é relevante para suas decisões. Parece-me que esse esqueleto em nosso armário, o "homem econômico", o qual exorcizamos com rezas e jejum, retornou pela porta dos fundos sob a forma de um indivíduo quase onisciente.

A afirmação de que se as pessoas sabem tudo elas estão em equilíbrio é verdadeira simplesmente porque é assim que definimos equilíbrio. A suposição de um mercado perfeito nesse sentido é apenas outra forma de dizer que o equilíbrio existe, mas não nos aproxima de nenhuma explicação sobre quando e como tal estado surgirá. Está claro que se desejamos fazer a afirmação de que, sob certas condições, as pessoas se aproximarão desse estado, devemos explicar através de qual processo elas irão adquirir o conhecimento necessário. É claro, qualquer suposição sobre a obtenção real de conhecimento no curso desse processo também será de caráter hipotético. Mas isso não significa que todas essas suposições são igualmente justificadas. Temos que lidar aqui com suposições sobre causalidade, de forma que o que assumimos não deve ser apenas tomado como possível (o que certamente não é o caso se consideramos as pessoas oniscientes), mas também deve ser tomado como provável de ser verdadeiro; e deve ser possível, ao menos em princípio, demonstrar que isso é verdade em casos particulares.

O ponto significativo aqui é que são essas hipóteses ou suposições aparentemente subsidiárias de que as pessoas aprendem através da experiência, e sobre como elas adquirem conhecimento é que constituem o conteúdo empírico de nossas proposições sobre o que acontece no mundo real. Elas usualmente aparecem disfarçadas e incompletas como uma descrição do tipo de mercado o qual nossa proposição se refere; mas esse é apenas um, embora talvez o mais importante aspecto do problema mais geral sobre como conhecimento é adquirido e comunicado. O importante ponto de vista que os economistas frequentemente não parecem estar cientes é que a natureza dessas hipóteses é em muitos respeitos um tanto quanto diferente das suposições de caráter mais geral a partir das quais a Pura Lógica da Escolha começa. As principais diferenças me parecem ser duas:

Primeiro, as suposições a partir das quais a Pura Lógica da Escolha começa são fatos que sabemos serem comuns a todo pensamento humano. Eles podem ser tomados como axiomas que definem ou delimitam o campo dentro do qual somos capazes de compreender ou mentalmente reconstruir os processos de

pensamento de outras pessoas. Elas são então universalmente aplicáveis ao campo que estamos interessados – apesar, é claro, de onde *in concreto* os limites desse campo se encontram ser uma questão empírica. Elas se referem a um tipo de ação humana (a qual comumente chamamos de “racional” ou mesmo meramente “consciente”, distinta da ação “instintiva”) e não a condições particulares sob as quais essa ação é tomada. Mas as suposições ou hipóteses, que temos que introduzir quando queremos explicar os processos sociais, tem a ver com o relacionamento do pensamento de um indivíduo com o mundo exterior, com a questão de quanto e como seu conhecimento corresponde aos fatos externos. E as hipóteses devem necessariamente ser válidas em termos de suposições sobre conexões causais, sobre como a experiência cria conhecimento.

Segundo, enquanto no campo da Pura Lógica da Escolha nossa análise pode ser levada à exaustão, ou seja, enquanto aqui podemos desenvolver um aparato formal que cubra todas as situações concebíveis, as hipóteses suplementares devem necessariamente ser seletivas, isto é, devem selecionar da variedade infinita de situações possíveis tipos ideais que por alguma razão tomamos como especialmente relevantes para as condições do mundo real [12]. É claro, também poderíamos desenvolver uma ciência distinta, cujo material de estudo estivesse *per definitionem* confinado a um “mercado perfeito” ou algum objeto similarmente definido, da mesma forma que a Pura Lógica da Escolha se aplica apenas a pessoas que devem alocar meios limitados à uma variedade de fins. Para o campo assim definido nossas proposições seriam novamente verdadeiras à priori, mas para tal procedimento não possuiríamos a justificativa que consiste na suposição de que o mundo real é semelhante ao que supomos ser.

## 8

Agora eu me voltarei para a questão sobre quais são as hipóteses concretas relacionadas às condições sob as quais as se acredita que as pessoas adquiram o conhecimento relevante e o processo através do qual se acredita que elas o adquiram. Se estivessem totalmente claras quais são as hipóteses usualmente empregadas a esse respeito, nós teríamos que as escrutinar em dois respeitos: nós teríamos que investigar se elas são necessárias e suficientes para explicar um movimento em direção ao equilíbrio, e teríamos que mostrar em que extensão elas seriam confirmadas pela realidade. Mas eu temo que eu esteja chegando agora a um estágio no qual se torna difícil demais dizer quais são exatamente as suposições sob a base das quais afirmamos que existirá uma tendência em direção ao equilíbrio e alegaremos que nossa análise possui uma aplicação ao mundo real [13]. Eu não acho que tenho muito mais a dizer quanto a isso. Consequentemente, tudo que eu posso fazer é levantar um número de

questões as quais nós tentaremos encontrar uma resposta se desejamos ser claros sobre a significância de nosso argumento.

A única condição cuja necessidade para o estabelecimento de um equilíbrio os economistas parecem estar bem de acordo é a “constância dos dados”. Mas após o que dissemos sobre a vagueza do conceito de “dados” nós devemos suspeitar, e com razão, que isso não nos leva muito longe. Mesmo se assumirmos – como provavelmente devemos – que aqui o termo é usado em seu sentido objetivo (que inclui, como será lembrado, as preferências dos diferentes indivíduos), não fica de forma alguma claro que isso é necessário ou suficiente para que as pessoas possam realmente adquirir o conhecimento necessário ou que isso foi dito como uma postulação das condições sob as quais elas o farão. É sim significativo que, de qualquer forma, alguns autores acham necessário adicionar “conhecimento perfeito” como uma condição adicional e separada [14]. De fato, veremos que constância dos dados objetivos não é nem uma condição suficiente nem necessária. Que não pode ser uma condição necessária segue dos fatos, primeiro, que ninguém iria querer interpretá-la no sentido absoluto de que nada nunca poderá acontecer no mundo, e, segundo, que, como vimos, assim que desejarmos incluir mudanças que ocorrem periodicamente ou mesmo talvez mudanças que tomam forma numa taxa constante, a única maneira pela qual podemos definir constância é com referência às expectativas. Tudo no que essa condição se constitui é, então, que deve haver alguma regularidade discernível no mundo que torne possível prever eventos corretamente. Mas, enquanto isso é claramente insuficiente para provar que as pessoas aprenderão a prever eventos corretamente, o mesmo é verdade num grau um pouco menor mesmo sobre a constância dos dados num sentido absoluto. Para qualquer indivíduo, constância de dados não significa de maneira alguma constância dos fatos independentes de si, já que, é claro, apenas os gostos e não as ações das outras pessoas podem nesse sentido ser tomadas como constantes. Como todas essas outras pessoas irão mudar suas decisões conforme ganham experiência sobre os fatos externos e sobre as ações de terceiros, não há motivos para que esses processos de mudanças sucessivas cheguem algum dia a um final. Essas dificuldades são bem conhecidas [15], e eu as menciono aqui apenas para lembrá-los de quão pouco sabemos na verdade sobre as condições sob as quais um equilíbrio será algum dia atingido. Mas eu não proponho seguir essa linha de raciocínio adiante, embora não porque essa questão da probabilidade empírica de que as pessoas aprenderão (isto é, que seus dados subjetivos corresponderão entre si e com os fatos objetivos) esteja em falta de problemas não resolvidos e interessantes. O motivo é que me parece haver uma outra maneira mais frutífera de se aproximar ao problema central.

As questões que acabei de discutir sobre as condições sob as quais as pessoas provavelmente irão adquirir o conhecimento necessário e sobre o processo pelo qual elas o irão adquirir, receberam ao menos alguma atenção em discussões passadas. Mas há uma questão adicional que me parece ser igualmente importante, mas que não parece ter recebido atenção alguma, e ela é sobre quanto e que tipo de conhecimento os diferentes indivíduos devem possuir para que estejam em condições de falar de equilíbrio. É claro que, se o conceito deve possuir algum significado empírico, ele não pode pressupor que todos sabem tudo. Eu já tive que usar o indefinido termo "conhecimento relevante", isto é, o conhecimento que é relevante para uma pessoa em particular. Mas qual é esse conhecimento relevante? Ele pode simplesmente significar o conhecimento que acabou influenciando suas ações, porque suas decisões poderiam ser diferentes não só se, por exemplo, o conhecimento possuído fosse correto ao invés de incorreto, mas também se ele possuísse conhecimento sobre campos completamente distintos.

Claramente há aqui um problema de *divisão de conhecimento* [16] que é bem análogo e ao menos tão importante quanto o da divisão do trabalho. Mas, enquanto o último tem sido um dos principais objetos de investigação desde o início de nossa ciência, o primeiro tem sido completamente negligenciado, apesar de me parecer realmente o problema central da economia como uma ciência social. O problema que pretendemos resolver é como a interação espontânea de um número de pessoas, cada uma possuindo apenas bits de conhecimento, dá origem a um estado de coisas no qual preços correspondem a custos, etc., e que só poderia ter sido levado a cabo através de ação deliberada apenas por alguém que possuísse o conhecimento combinado de todos esses indivíduos. A experiência nos mostra que algo desse tipo acontece, uma vez que a observação empírica de que preços tendem a corresponder aos custos foi o início de nossa ciência. Mas em nossa análise, ao invés de mostrar que bits de informação as diferentes pessoas precisam possuir para que aconteça tal aquele resultado, nós caímos em efeito de novamente na suposição de que todos sabem de e assim evitamos qualquer solução real do problema.

Antes, contudo, de poder seguir adiante para considerar essa divisão de conhecimento entre as diferentes pessoas, é necessário ser mais específico quanto ao tipo de conhecimento que é relevante nessa conexão. Tornou-se costumeiro entre economistas enfatizar apenas o conhecimento de preços, aparentemente porque – como uma consequência das confusões entre dados objetivos e subjetivos – o completo conhecimento dos fatos objetivos era tomado como disponível. Mais recentemente mesmo o conhecimento dos preços vigentes tem sido tanto tomado como disponível que a única conexão

na qual a questão do conhecimento foi tratada como problemática tem sido a antecipação de preços futuros. Mas, como eu já indiquei no começo desse ensaio, as expectativas de preços e mesmo o conhecimento dos preços vigentes são apenas uma pequena seção do problema do conhecimento como eu o enxergo. O aspecto mais amplo do problema do conhecimento com o qual eu estou preocupado é o conhecimento do fato básico de como as diferentes mercadorias podem ser obtidas e usadas [17], e sob quais condições elas são realmente obtidas e usadas, isto é, a questão geral de como os dados subjetivos das pessoas correspondem aos fatos objetivos. Nosso problema do conhecimento aqui é apenas a existência dessa correspondência que em muita da análise atual de equilíbrio é simplesmente suposta como existente, mas a qual temos que explicar se desejamos mostrar porque as proposições, as quais são necessariamente verdadeiras sobre a atitude de uma pessoa para com as coisas que ou ela acredita que tenham certas propriedades, ou que, por alguma razão que ainda temos que explicar, são comumente creditadas pelos membros da sociedade como possuindo essas propriedades [18].

Mas, para voltarmos ao problema especial que eu vinha discutindo, a quantidade de conhecimento que os diferentes indivíduos devem possuir para que o equilíbrio possa prevalecer (ou o conhecimento "relevante" que eles devem possuir): devemos chegar mais próximos de uma resposta se lembrarmos como pode se tornar aparente tanto que o equilíbrio não existia ou que ele está sendo perturbado. Vimos que as conexões de equilíbrio serão danificadas se qualquer pessoa mudar seus planos, tanto porque seus gostos mudaram (o que não nos preocupa aqui) ou porque novos fatos se tornam conhecidos para ela. Mas há evidentemente duas maneiras diferentes pelas quais ela pode aprender novos fatos que a façam mudar seus planos, o que para nossos propósitos são de uma importância completamente diferente. Ela pode aprender novos fatos como se fosse por acidente, isto é, de uma forma que não seja necessariamente uma consequência de sua tentativa de executar seu plano original, ou pode ser inevitável que no curso de sua tentativa ela descubra que os fatos são diferentes do que ela esperava. É óbvio que, para que ela possa prosseguir de acordo com o plano, seu conhecimento precisa estar correto apenas quanto aos pontos que serão necessariamente corrigidos ou confirmados no decorrer da execução do plano. Mas ela pode não ter conhecimento de coisas que, se ela possuísse, certamente iriam afetar seu plano.

Então, a conclusão que devemos obter é que o conhecimento relevante que deve ser possuído para que o equilíbrio possa prevalecer é o conhecimento que a pessoa está determinada a adquirir devido à posição a qual ela ocupa, e aos planos que ela então elabora. Certamente não é todo o conhecimento que, se ela adquirisse por acidente, lhe seria útil e provocaria uma mudança no plano.

Podemos então muito bem ter uma posição de equilíbrio apenas porque algumas pessoas não têm oportunidade de aprender sobre fatos os quais se elas os conhecessem, as induziriam a mudar seu plano. Ou, em outras palavras, é apenas relativo ao conhecimento que uma pessoa está determinada a adquirir no decorrer de sua tentativa de levar adiante seu plano original que um equilíbrio poderá ser atingido.

Enquanto tal posição represente num sentido uma posição de equilíbrio, está claro que não é um equilíbrio no sentido especial no qual o equilíbrio é tomado como um tipo de posição ótima. Para que os resultados da combinação de bits individuais de conhecimento sejam comparáveis aos resultados da direção de um ditador onisciente, condições adicionais aparentemente devem ser introduzidas [19]. Embora deva ser possível definir a quantidade de conhecimento que os indivíduos precisam ter para que esse resultado aconteça, eu não conheço tentativa real nessa direção. Uma condição provavelmente seria que cada um dos usos alternativos de qualquer tipo de recurso seja conhecido pelo dono de alguns desses recursos atualmente usados para outro fim e que dessa maneira todos os usos diferentes desses recursos estão conectados, direta ou indiretamente. Mas eu menciono essa condição apenas como um exemplo de como será suficiente na maioria dos casos que em cada campo haja certa margem de pessoas que possuam entre elas todo o conhecimento relevante. Elaborar isso melhor seria uma tarefa interessante e muito importante, mas uma tarefa que excederia muito os limites desse ensaio.

Apesar de o que eu disse sobre isso tenha sido largamente sob a forma de críticas, eu não quero parecer excessivamente desanimado com tudo que já conseguimos. Mesmo se tivermos pulado um link essencial em nossa argumentação, eu ainda acredito que, pelo que está implícito nela, a economia chegou mais próximo que qualquer outra ciência social de responder a questão central de todas as ciências sociais: como pode a combinação de fragmentos de conhecimento existentes em mentes diferentes levar a resultados que, se fossem buscados deliberadamente, iriam requerer um conhecimento da parte da mente diretora que ninguém seria capaz de possuir? Para mostrar nesse sentido que as ações espontâneas dos indivíduos irão, sob condições que podemos definir, resultar numa distribuição de recursos que pode ser compreendida como se fosse parte de um único plano, embora ninguém a tenha planejado, me parece de fato uma resposta ao problema que as vezes tem sido metaforicamente descrito como aquele da "mente social". Mas não devemos ficar surpresos que tais alegações têm sempre sido rejeitadas, uma vez que não as baseamos nos campos corretos.

Há mais um ponto sobre esse assunto que eu gostaria de mencionar. É que, se a tendência em direção ao equilíbrio, que em campos empíricos temos razão para

acreditar que existe, é apenas um equilíbrio relativo àquele conhecimento que as pessoas irão adquirir no decorrer de sua atividade econômica, e se qualquer outra mudança de conhecimento deve ser tomada como uma “mudança nos dados” no sentido usual do termo, o que fica fora da esfera da análise de equilíbrio, isso significaria que a análise de equilíbrio realmente não pode nos dizer algo sobre a significância de tais mudanças no conhecimento, e isso também chegaria até a levar em conta o fato de que a análise pura parece ter extraordinariamente pouco a dizer sobre instituições, como a imprensa, cujo propósito é comunicar conhecimento. Isso poderia até explicar porque a preocupação com a pura análise deva criar tão freqüentemente uma cegueira peculiar quanto ao papel desempenhado na vida real por instituições tais como a propaganda.

## 10

Com essas notas um tanto quanto superficiais sobre tópicos que mereceriam exame muito mais cuidadoso eu devo concluir minha pesquisa sobre esses problemas. Há apenas mais uma ou duas notas adicionais que eu gostaria de fazer.

Uma é que, ao realçar a natureza das proposições empíricas que precisamos fazer se o aparato formal da análise de equilíbrio deva servir como explicação do mundo real, e ao enfatizar que as proposições sobre como as pessoas aprenderão, proposições que são relevantes nesse assunto, são de uma natureza fundamentalmente diferente daquela da análise formal, eu não tenciono sugerir que isso abre então um novo grande campo para pesquisas empíricas. Eu duvido muito se tal investigação nos ensinaria alguma coisa nova. O ponto importante na verdade é que nós deveríamos nos dar conta de quais são as questões do fato cuja aplicabilidade de nosso argumento ao mundo real depende, ou para dizer a mesma coisa com outras palavras, em que ponto nosso argumento, quando aplicado aos fenômenos do mundo real, se torna passível de verificação.

O segundo ponto é que eu não desejo, é claro, sugerir que o tipo dos problemas que estivemos discutindo estivesse ausente na argumentação dos economistas das gerações anteriores. A única objeção que pode ser feita contra eles é que eles misturaram tanto os dois tipos de proposições, as *a priori* e as empíricas, das quais todo economista realista se utiliza constantemente, que é freqüentemente quase impossível de enxergar que tipo de validade eles alegavam para uma afirmação em particular. Trabalhos mais recentes têm ficado isentos desse erro – mas apenas sob o preço de deixar mais e mais obscura qual o tipo de relevância que seus argumentos tinham com relação ao mundo real. Tudo que eu tentei fazer tem sido achar o caminho de volta para o significado



de sentido comum de nossa análise, o qual, temo eu, estamos prestes a perder de vista conforme ela se torna cada vez mais elaborada. Você pode até sentir que a maior parte do que eu disse foi senso comum. Mas de tempos em tempos é provavelmente necessário se separar das tecnicidades do argumento e perguntar um tanto quanto ingenuamente o porquê de tudo aquilo. Se eu fui capaz de mostrar não só que tampouco a respeito de algumas coisas a resposta para essa pergunta não é só óbvia, mas que ocasionalmente nós nem sabemos qual ela é, eu fui bem sucedido em meu propósito.

### ***Notas do Autor***

[1] Ou ao invés falsificação (cf. K.R. Popper, *Logik der Foschung* (Viena, 1935), *passim*).

[2] Uma abordagem mais completa do processo pelo qual a significância das antecipações foi gradualmente introduzida na análise econômica provavelmente começaria com o livro de Irving Fisher *Appreciation and Interest* (1896).

[3] Cf., sobre esse ponto em particular, Ludwig von Mises, *Grundprobleme der Nationalökonomie* (Jena, 1933), pp. 22 ff., 160 fl.

[4] Há muito tempo tem sido uma causa de espanto para mim porque, de acordo com meu conhecimento, não tem havido tentativas sistemáticas na sociologia em analisar relações sociais em termos de correspondência e não correspondência, ou compatibilidade e não compatibilidade, de metas e desejos individuais.

[5] Cf. o artigo desse autor, "The Maintenance of Capital", *Economica*, (1935), 265, reimpressa em *Profits, Interest and Investment* (Londres, 1939).

[6] Essa separação do conceito de equilíbrio de um estado estacionário me parece nada mais que o resultado necessário de um processo que veio se desenvolvendo durante um bom tempo. Que essa associação de dois conceitos não é essencial, mas devida apenas a razões históricas é hoje provavelmente geralmente sentido. Se a completa separação ainda não foi efetuada, isso acontece aparentemente apenas porque nenhuma definição alternativa de estado de equilíbrio foi ainda sugerida e que tornasse possível definir numa forma geral aquelas proposições da análise de equilíbrio que são essencialmente independentes do conceito de um estado estacionário. Ainda sim é evidente que a maioria das proposições da análise de equilíbrio é suposta como sendo aplicáveis apenas naquele estado estacionário que nunca será

atingido. O processo de separação parece ter começado com a distinção de Marshall entre equilíbrios de curto e longo prazo. Cf. afirmações como esta: "Quanto a natureza do equilíbrio em si, e das causas através das quais ele é determinado, ela depende da duração do período ao qual o mercado continua a operar" (*Principles* [7ª ed.], I, 330). A idéia de um estado de equilíbrio que não fosse um estado estacionário já estava inerente em meu "Das intertemporale Gleichgewichtssystem der Preise und die Bewegungen des Geldwerters," *Weltwirtschaftliches Archiv*, Vol XXVIII (Junho, 1928), e é, claro, essencial se desejamos usar o aparato de equilíbrio para explicar qualquer fenômeno conectado com "investimento". Sobre o assunto completo, muita informação histórica pode ser encontrada em E. Schams, "Komparative Statik", *Zeitschrift für Nationalökonomie*, Vol II, No I (1930). Ver também F.H. Knight, *The Ethics of Competition* (Londres, 1935), p. 175 n.; e para alguns outros desenvolvimentos desde que esse ensaio foi originalmente publicado, ver o livro do presente autor *Pure Theory of Capital* (Londres, 1941), cap ii.

[7] Cf. particularmente Oskar Morgenstern, "Vollkommene Voraussicht und wirtschaftliches Gleichgewicht", *Zeitschrift für Nationalökonomie*, VI (1934), 3.

[8] Outro exemplo de maior importância geral seria, é claro, a correspondência entre "investimento" e "poupança" no sentido da proporção (em termos de custo relativo) na qual os empreendedores provêm bens de produção e consumo numa data em particular, e a proporção na qual os consumidores em geral irão nessa data distribuir seus recursos entre bens de consumo e produção (cf. meus ensaios "Price Expectations, Monetary Disturbances and Malinvestment" [1933], reimpressa em *Profits, Interest, and Investment* [Londres, 1939], pp. 135-56 e "The Maintenance of Capital", no mesmo volume, pp. 83-134) Pode ser de interesse nessa conexão mencionar que no curso de investigações do mesmo campo, que levou o presente autor a essas especulações, o da teoria das crises, o grande sociólogo francês G. Tarde enfatizou a "contradiction de croyances" ou "contradiction de jugements" ou "contradictions de espérances" como a causa principal desses fenômenos (*Psychologie économique* [Paris, 1902], II, 128-29; cf. também N. Pinkus, *Das Problem des Normalen in der Nationalökonomie* [Leipzig, 1906], pp. 252 e 275).

[9] Trata-se de uma questão interessante, mas uma que não podemos discutir aqui, se, para que possamos falar de equilíbrio, todo indivíduo deve estar correto, ou se não seria suficiente se, em consequência de uma compensação de erros em diferentes direções, as quantidades das diferentes mercadorias levadas ao mercado fossem as mesmas caso todos os indivíduos estivessem certos. Parece-me que equilíbrio no sentido estrito iria demandar a primeira condição satisfeita, mas eu consigo conceber que um conceito mais amplo, requerendo apenas a segunda condição, possa ser ocasionalmente útil. Uma

discussão mais profunda desse problema teria que considerar toda a questão da significância que alguns economistas (incluindo Pareto) atribuem à lei dos grandes números nesse assunto. Sobre o argumento geral ver P.N. Rosestein-Rodan, "The Coordination of the General Theories of Money and Price", *Economica*, Agosto, 1936.

[10] Ou, já que em vista do caráter tautológico da Pura Lógica da Escolha "planos individuais" e "dados subjetivos" podem ser usados intercambiavelmente, a concordância entre o dado subjetivo dos diferentes indivíduos.

[11] Parece ser implicitamente admitido, apesar de pouco conscientemente reconhecido, que recentemente é frequentemente evidenciado que a análise de equilíbrio apenas descreve as condições de equilíbrio sem tentar derivar a posição de equilíbrio a partir dos dados. A análise de equilíbrio nesse sentido seria, é claro, pura lógica e não conteria afirmações sobre o mundo real.

[12] A distinção feita aqui pode ajudar a resolver a velha diferença entre economistas e sociólogos quanto ao papel que os "tipos ideais" desempenham na construção da teoria econômica. Os sociólogos costumavam enfatizar que o procedimento usual da teoria econômica envolvia a suposição de alguns tipos ideais, enquanto o teórico econômico mostrava que seu raciocínio era de tal generalidade que ele não precisava usar nenhum "tipo ideal". A verdade parece ser que dentro do campo da Pura Lógica da Escolha, no qual o economista estava muito interessado, ele estava correto em sua suposição, mas que, assim que ele quis usá-la para a explicação de um processo social, ele teve que usar tipos ideais de uma variedade ou de outra.

[13] Os antigos economistas costumavam ser mais explícitos quanto a esse ponto do que seus sucessores. Ver, por exemplo, Adam Smith (*Riqueza das Nações*, ed. Cannan, I, 116): "Para, contudo, que essa igualdade [de salários] possa vir a acontecer com todas as suas vantagens ou desvantagens, três coisas são necessárias mesmo quando há perfeita liberdade. Primeiro, o emprego deve ser bem conhecido e estabelecido de longa data na vizinhança..."; ou David Ricardo (*Letters to Malthus*, 22 de Outubro de 1811, p.18): "Não me pareceria um resposta correta dizer que os homens são ignorantes do melhor e mais barato modo de conduzirem seu negócio e pagar suas dívidas, porque essa é uma questão de fato e não de ciência, e poderia ser argumentado contra qualquer proposição na Economia Política."

[14] Ver N. Kaldor, "A Classificatory Note on the Determinateness of Equilibrium", em *Review of Economic Studies*, 1, No 2 (1934), 123.

[15] *Ibid., passim.*

[16] Cf. L. v. Mises, *GemeinUirtschaft* (2d ed.; Jena, 1932), p. 96: "Die Verteilung der Verfügungsgewalt über die wirtschaftlichen Güter der arbeitsteilig wirtschaftenden Sozialwirtschaft auf Yide Individuen bewirkt eine Art geistige Arbeitsteilung, ohne die Produktiulsrechnung und Wirtschaft nicht möglich ware."

[17] Conhecimento nesse sentido é mais do que é usualmente descrito como habilidade, e a divisão de conhecimento a qual nos referimos aqui é mais do que é compreendido pela divisão do trabalho. Para colocar resumidamente, "habilidade" se refere apenas ao conhecimento o qual a pessoa utiliza em sua troca, enquanto o conhecimento adicional sobre o qual devemos saber algo para sermos capazes de dizer alguma coisa sobre os processos na sociedade é o conhecimento de possibilidades alternativas de ação as quais ela não faz uso direto. Pode ser adicionado que o conhecimento, no sentido em que o termo é usado aqui, é idêntico com previsão apenas no sentido de que todo o conhecimento é capacidade de prever.

[18] Que todas as proposições da teoria econômica se referem a coisas que são definidas em termos de atitudes humanas para com elas, ou seja, que o "açúcar" sobre o qual a teoria econômica pode ocasionalmente falar não é definido por suas qualidades "objetivas", mas sim pelo fato de que as pessoas acreditam que ele preencherá certas necessidades suas de certa forma, é a fonte de todas as dificuldades e confusões, particularmente em relação ao problema de "verificação". É também, é claro, nessa conexão que o contraste entre a ciência social *verstehnde* e a abordagem comportamental se torna tão flagrante. Eu não estou certo de que os comportamentalistas nas ciências sociais estão cientes de *quanto* da abordagem tradicional eles teriam que abandonar se quisessem ser consistentes ou se quisessem aderir a ela consistentemente se estivessem a par de tudo aquilo. Isso implicaria, por exemplo, que as proposições da teoria monetária teriam que se referir exclusivamente a, digamos, "discos redondos de metal, portadores de certa estampa", ou algum objeto ou grupo de objetos similarmente definidos.

[19] Essas condições sao usualmente descritas como ausencia de "fricções". Num artigo recentemente publicado ("Quantity of Capital and the Rate of Interest," *Journal of Political Economy*, XLIV, No. 5 [1936], 638) Frank H. Knight corretamente mostra que " "erro" é o significado usual de fricção na discussão econômica."

[20] Essa seria uma, mas provavelmente não uma condição suficiente para garantir que, com um dado estado de demanda, a produtividade marginal dos diferentes fatores de produção em seus diferentes usos deva ser equalizada e que nesse sentido um equilíbrio de produção devesse aparecer. Que ela não é necessária, como se poderia acreditar, que todo uso alternativo possível de qualquer tipo de recursos deva ser conhecido por ao menos um dentre os donos de cada grupo de recurso que é usado para um propósito em particular se deve ao fato de que as alternativas conhecidas pelos donos dos recursos num uso em particular estão refletidas nos preços desses recursos. Dessa forma, poderia ser uma distribuição suficiente de conhecimento dos usos alternativos  $m, n, o \dots y, z$  de uma mercadoria, se A, que usa a quantidade desses recursos em sua posse para  $m$  sabe de  $n$ , e B, que a usa para  $n$ , sabe de  $m$ , enquanto C, que a usa para  $o$ , sabe de  $n$ , etc., até que cheguemos a L, que a usa para  $z$ , mas sabe apenas de  $y$ . Eu não estou certo de como, somando-se a isso, uma distribuição particular do conhecimento das diferentes proporções é requerida nas quais os diferentes fatores podem ser combinadas na produção de qualquer mercadoria. Isso pois suposições adicionais sobre o conhecimento que os consumidores possuem sobre a funcionabilidade das mercadorias para a satisfações de seus desejos serão necessárias para um equilíbrio completo.

### ***Notas do Tradutor***

[\*1] "Overpure".